

FARRAPOS, DEZ ANOS DE REVOLUÇÃO INCOMPLETA

Luiz Roberto Lopez

Há um interessante ponto comum entre a Guerra dos Farrapos de 1835 e a Revolução Constitucionalista de São Paulo de 1932, a fora o terem sido ambos movimentos contra um poder central instituído. É que tanto uma como outra rebelião foram manifestações de classes dominantes regionais, mas se prestaram a determinadas manipulações ideológicas visando ao enaltecimento do “caráter altivo”, “aguerrido” e “indomável dos respectivos povos. Esse enaltecimento teve por finalidade ocultar os interesses de classe perceptíveis por detrás dos episódios de heroísmo e abnegação que a análise histórica mais atenta e científica não pode deixar passar, principalmente por não ser correto confundir interesses e intenções de grupos sociais específicos com causas realmente coletivas.

De início, registremos que foi tardia a integração do Rio Grande do Sul à história brasileira e que os conflitos do século XVIII deram cunho militarista à sociedade local. Economicamente, o aparecimento, desde 1780, da charqueadas e do trigo veio a conferir a este Estado a imagem de “celeiro do Brasil”.

O charque era alimento dos escravos de fazendeiros do centro do País. Ora, esses fazendeiros permitiam a entrada do charque platino no mercado brasileiro livremente e, ao dizermos “permitiam”, isto significa que eles é que controlavam o poder e desejavam baratear um artigo que precisavam adquirir. Os charqueadores gaúchos não apreciavam isso, primeiro, por causa da concorrência e segundo, porque enquanto o charque platino entrava sem pagar imposto, o charque gaúcho era taxado à razão de 600 réis a arroba. Além do mais, o governo cobrava um imposto de 100\$000 por légua de campo e nada desse dinheiro arrecadado era investido em melhoramentos para a Província, a qual carecia de estradas, quartéis, escolas etc.

Como agravante desse quadro, cite-se que enquanto os charqueadores platinos, com o tempo, evoluíram para a utilização da mão-de-obra livre, no Rio Grande do Sul continuou a onerosa preponderância do trabalho escravo.

Por tudo isso, entende-se porque a classe dominante rural rio-grandense passou a exigir o Federalismo a partir de certo momento. Embora o Ato Adicional de 1834, outorgado pela Regência, tenha concedido o Federalismo parcial, os latifundiários e charqueadores gaúchos reclamavam o mais importante — o direito de escolher o Presidente da

Província. Seria o meio eficaz de conseguir a força necessária capaz de sustentar as múltiplas reivindicações que tinham no campo econômico.

Nos idos da Regência, o Federalismo foi uma causa que agitou todo o Império e chegou frequentemente a unir elites e povo. Tornou-se a bandeira política na luta contra o sufoco imposto pelo centralismo do Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, ao Federalismo acabou-se juntando o ideal republicano, inclusive por influência dos ventos que sopravam do Prata...

Em 1834, foi nomeado Presidente da Província Fernandes Braga. Entrou em choque com os liberais e com os militares ao acusar a existência de um movimento separatista em favor da união com o Uruguai. A indignação resultante o levou a fugir para a região de Rio Grande – São José do Norte, acompanhado do irmão Pedro Chaves. Interinamente, assumiu o governo Marciano Ribeiro.

Para o lugar de Fernandes Braga foi designado José de Araújo Ribeiro que, não aceito pelos liberais da Província, foi tomar posse em Rio Grande. Em 1836 rompeu com os liberais e a facção radical republicana assumiu o controle do movimento e lhe imprimiu o estilo e os rumos.

No mesmo ano de 1836, Porto Alegre caiu nas mãos dos legalistas, mas vitória das tropas revoltosas em Seival (11/9/1836) conduziu à proclamação da República do Piratini. Bento Gonçalves foi escolhido presidente e como se achava preso na Bahia, seu substituto inicial foi Gomes Jardim.

A República de Piratini foi mudando de capital ao sabor da luta e só a vitória poderia mantê-la. Estando Porto Alegre em poder dos legalistas, isso configura bem a Guerra dos Farrapos como luta entre o Governo central e a classe dominante do interior do Rio Grande do Sul. A República gaúcha chegou a reunir uma Assembléia Constituinte em Alegrete em 1842 e a preparar um projeto de Constituição em 1844.

Atualmente, acredita-se que o separatismo que motivou a implantação da República em 1836 foi circunstancial e estratégico: limitar o teatro de luta facilitaria a consolidação dos ideais políticos pelos quais se lutava. Consta que a intenção dos Farrapos era expandir o republicanismo por todo o Brasil e reunificar assim um País dividido por crises e convulsões. Para J. P. Coelho de Souza, a criação da República Juliana em Laguna, em 1839, confirmaria esta afirmação.

Em 1840, o desfecho da batalha de Taquari marcou o início da derrota dos Farroupilhas. Em 1842, Caxias foi enviado ao Sul com funções apaziguadoras. Enquanto isso, se aprofundavam conflitos entre os próprios líderes rebeldes: Bento Gonçalves e Onofre Pires, Vicente da Fontoura e Domingos José de Almeida.

As gestões de pacificação duraram de 1843 a 1845 e só o interesse do governo de D. Pedro II em garantir a boa-vontade das elites de uma Província tão próxima dos inimigos potenciais do Prata é que explica os termos bastante aceitáveis da Paz de Ponche Verde, firmada em 28 de fevereiro de 1845: libertação dos presos de ambos os lados, permissão aos Farrapos de ingressarem no Exército imperial, encampação das dívidas contraídas pela República de Piratini, alforria para os escravos dos Farrapos e criação de um imposto para o charque importado da área platina.

Tão conciliadora assim, a Paz de Ponche Verde não foi exatamente um reconhecimento do heroísmo gaúcho. Foi uma evidência de que a luta entre Império e Farrroupilhas era luta entre facções de uma mesma classe social. Portanto, havia como encontrar modalidades de conciliação e convivência, sem exageradas repressões.

A maior coesão da classe dominante gaúcha é que impediu uma participação popular efetiva no movimento e ajudou a assegurar-lhe uma duração mais extensa. Dependente do centro, a quem vendia seus produtos, a classe dominante reclamou o Federalismo, não um separatismo definitivo. Na luta, a classe proprietária contou com a massa de agregados e não correu grandes riscos, pois não eram escravos. A tradição de militarismo e a distância do centro são outros tantos motivos que ajudam a entender porque a Guerra Farrroupilha pôde durar nada menos que dez anos.

Finda a rebelião, o Rio Grande do Sul entrou numa fase de prostração política. A reativação de suas atividades nesse setor só viria depois de 1860, quando Osório e Gaspar Martins reorganizaram o Partido Liberal em bases solidamente monarquistas.

Historicamente, o levante farroupilha ficou como um movimento das elites locais que lutaram por interesses próprios, servindo a massa rural de instrumento de luta. A proposta básica do levante foi política: Federalismo e Republicanismo, este para conseguir aquele e ambos em função de interesses econômicos já referidos.

Vistas as coisas por esse ângulo, talvez se possa contestar o termo **Revolução** para os acontecimentos de 1835. Seria um termo demasiadamente radical, já que, historicamente, **Revolução** implica uma transformação de estruturas sociais a partir da base e o movimento farrapo não apresentou nenhum programa nesse sentido. Ao contrário, tratou-se de uma rebelião que teve uma preocupação bem delimitada e restrita com respeito ao atendimento de anseios e necessidades sociais.